

# Rombo nas contas

O reajuste de 147% pode abrir um buraco de 1% do PIB nas contas

Quinta-feira, 16-1-92

## preocupa FMI

do governo, dificultando acordo com o Fundo.

PAULO SOTERO,  
DE WASHINGTON

Depois de dois dias de consultas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o secretário de Planejamento, Pedro Parente, afirmou ontem que "o governo não recebeu nenhuma comunicação de que o programa (de estabilização negociado com a instituição) não vai ao *board* (junta diretora do Fundo) no dia 22" e continua a contar com sua aprovação na próxima quarta-feira. Lembrou que a continuação do processo de normalização das relações do País com os credores externos depende da rápida formalização do acordo.

Parente disse, no entanto, que encontrou "muita apreensão" no Fundo sobre as implicações fiscais não apenas do reajuste de 147% aos aposentados, que abriria um rombo equivalente a 1% do PIB nas contas, como da rolagem da dívida dos Estados e municípios que o Executivo negociou em dezembro com o Congresso para garantir a aprovação da reforma tributária. Parente indicou que o trabalho de convencimento do Fundo ainda não terminou.

O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, que era esperado no final da tarde em Washington, vindo de Paris, terá hoje reuniões decisivas com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, e com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Uma fonte americana revelou que o problema criado pelo reajuste aos aposentados tornou-se um "tema visível", e observou que a posição da direção do Fundo, dos EUA e de outros países industrializados, dependerá de uma apreciação sobre "a credibilidade do programa".

Parente contou, numa entrevista coletiva, que tem procurado esclarecer as dúvidas do Fundo, que chamou de "naturais", insistindo na determinação e no compromisso público do presidente Fernando Collor de executar à risca o programa de estabilização sem usar "recursos inflacionários". Ele disse que as dúvidas do FMI sobre o impacto fiscal da rolagem da dívida dos Estados e municípios

nasceram "de informações desencontradas publicadas pela imprensa brasileira". O Tesouro dos EUA tem as mesmas dúvidas.

Segundo Parente, as primeiras notícias saídas nos jornais alimentaram a ideia de que a rolagem abriria novas fontes de endividamento para Estados e municípios, comprometendo sua contribuição para o ajuste fiscal. "O que nós estamos demonstrando é que não é bem assim. Evidentemente a rolagem aprovada não foi a que nós propusemos originalmente, mas em nenhuma hipótese o presidente e o governo aceitariam qualquer esquema que introduzisse problemas para a execução do programa econômico."

Quanto ao reajuste aos aposentados, Parente reiterou a posição oficial de que "não há hipótese do aumento ser pago sem que haja um aumento da receita".

### Marcílio expõe receio a Britto

As dificuldades para aprovação do projeto que aumenta a contribuição para a Previdência Social e os desdobramentos da crise na aprovação do programa econômico pelo FMI levaram o ministro Marcílio Marques Moreira a convidar o deputado Antônio Britto (PMDB-RS) para uma conversa, ontem. Marcílio não recorreu a cautelas nas palavras e expressou sua "profunda preocupação" com os desdobramentos da crise aberta com o pagamento dos 147,06% aos aposentados. "O ministro disse que o País experimentava uma certa descontração e êxito nas medidas econômicas e a questão da Previdência gerou uma inquietação no País", contou Britto, ao final da audiência.

O parlamentar repetiu ao ministro sua contestação quanto ao déficit de Cr\$ 11 trilhões com o pagamento dos 147,06%. Da mesma forma, questionou a precipitação do governo, que não esperou o fim do recesso do Supremo Tribunal Federal para elucidar a questão juridicamente. O ministro, segundo Britto, ponderou que esperar pela decisão do STF significaria correr o risco de ser obrigado a pagar decisões da Justiça durante um semestre sem a contrapartida do ingresso de recursos.

